

BANCO DO BRASIL NA HISTÓRIA

Paulo Maurício Guimarães de Andrade¹

Nestes tempos em que se fala em privatização do BB, é interessante repassarmos alguma coisa da sua história, em breve resumo, evidenciando a sua importância para o Estado e que, mais que um banco é uma instituição que deve ser respeitada

O Banco do Brasil (na época, Brasil) foi criado em 12 de outubro de 1808, quando o príncipe Pedro (mais tarde Pedro I) completava dez anos. Pelo alvará da mesma data foram levantados os estatutos. O artigo II fixou em 20 anos a duração do estabelecimento. O capital era de um *mil* e duzentos contos de réis, divididos em mil e duzentas ações. No artigo V definido que “ Ele indiferente ser, ou não os Accionistas Nacionaes ou Estrangeiros” (ortografia da época).

Hipólito José da Costa, de Londres, fundador do “Correio Braziliense” sugeriu que, se o governo quisesse de fato fazer chegar os recursos do orçamento ao destino, bastaria entregá-los ao Banco do Brasil para gerenciá-los. Hipólito não confiava nos funcionários do governo e sugeria fazer do Banco uma espécie de caixa geral do governo, arrecadando os impostos e aplicando-os para promover o desenvolvimento nacional.

O Banco do Brasil foi criado antes de qualquer banco em Portugal (o Banco de Lisboa foi criado em 1821 quando uma Corte regressou a Portugal), e era um dos poucos componentes do gênero existentes no mundo. Segundo os historiadores, eram apenas mais três dos bancos emissores no planeta: na Suécia, na Inglaterra e na França, além do Banco do Brasil.



Bilhete da primeira série (papel moeda) emitido pelo Banco do Brasil em 1810.

Cayru (José da Silva Lisboa), em princípio cético quanto ao sucesso do banco, assim se manifestou em 1818: “Antes parecia quase impraticável a sua fundação e permanência e, ainda menos o seu efeito, crédito e lucro, agora mostra-se um dos mais decisivos momentos da justiça do Governo e da excelência do seu sistema liberal no Brasil”.

Ao retornar a Portugal, em 1821, a Corte sacou no banco todos os recursos que entendia de sua propriedade, inclusive os originários da subscrição de ações, deixando a instituição em preocupante situação.

Varnhagen (Francisco Adolfo de) em sua História da Independência do Brasil registrou: “Havendo do balanço do Banco do Brasil, feito a 23 de março, que uma fazenda pública era ao mesmo Banco devedora de 4.799: 415 \$ 717, incluindo 165: 230 \$ 855, que desviar o Teatro de S. João, 102: 800 \$ a polícia e 168: 356 \$ 433 à Praça do Comércio - por um decreto dessa mesma data, que faz honra ao seu referendatário Conde de Louzã, foi reconhecido como dívida nacional o desembolso do Banco do Brasil nos adiantamentos feitos ao governo, ordenando-se à diretoria geral dos diamantes que fizesse imediatamente entrar no cofre do mesmo Banco todos os brilhantes lapidados do Erário, bem como os não lapidados, não precisos para se entreter o trabalho da lapidaria deles, então existentes; mandando igualmente pôr em depósito no Banco todos os objetos de prata, ouro e pedras preciosas, que se pudessem dispensar de uso e decoro da coroa. Para ajudar a sustentar o Banco, foi autorizado, com a garantia das rendas do Brasil e hipoteca da Alfândega do Rio de Janeiro, a levantar na Europa um empréstimo de 2.400: 000 \$ 000 ”.

Obs .: O ano era 1821 e a situação do Banco já era consequência da volta de D. João VI para Portugal, o que ocorreu no dia 26 de abril do mesmo ano.

Havia um litígio entre D. João VI e as Cortes Coordenadas da revolução liberal do Porto de 1820, e sem esperar a participação dos deputados brasileiros as Cortes negaram o empréstimo, alegando que era um problema do rei e ele que resolvesse.

Sobre esse decreto (de 23 de março, mesma data do balanço do Banco), que não vou reproduzir na razão da sua extensão, destacamos os seguintes, conforme Mello Moraes:

“Tendo o Banco do Brasil contribuiu em diferentes épocas com extraordinários e avultados avanços ao meu real erário, para suprir como urgências do Estado, achando-se o mesmo banco credor a diferentes cofres públicos pelo desconto de letras firmadas pelos seus tesoureiros, e pelo pagamento de despesas de obras que deviam ser feitas pelos ditos cofres, e, considerando eu que não podia ser assaz pronto o embolso de tão consideráveis quantias pelo produto das consignações que se acham arbitradas, querendo auxiliar, proteger e firmar um estabelecimento de tão notória e necessidade, para o bem comum e particular dos meus fiéis vassallos [...] hei por bem declarar, como dívidas nacionais os desembolsos do Banco do Brasil por transações similares ”.

No texto desse Decreto mandava El Rei que a junta do Banco procedesse à venda, no Brasil ou na Europa, dos bens assim recolhidos aos seus cofres (diamantes, joias, pedras preciosas, ouro, etc.) e “esperando que os meus fiéis vassallos , imitando este meu exemplo, deem ao mundo uma prova de que nenhum sacrifício é custoso aos portugueses a bem da causa pública.

Nada obstante, o vício da realeza não sofreu interrupção, tanto que, em razão dos saques descontrolados do Imperador (Pedro I), a diretoria do Banco chegou a mandar para o ministro da Fazenda uma nota, e que, em consequência, o Imperador, sentindo-se ofendido (naquela época não se podia criticar o mandatário do país), julgou uma ousadia a atitude da diretoria.

“Durante o ano de 1822, o Banco do Brasil não melhorara de situação, e, segundo o balanço (Relatório do diretor-presidente do Banco, JA Lisboa, em 31 de janeiro de

1823, nota do historiador Hélio Viana) feito no fim desse ano, apesar das perdas que contava ter com a caixa filial da Bahia, apresentava um benefício líquido, aparente, de 321: 761 \$ 522, do qual, separando-se a sexta parte para o fundo de reserva, na forma dos estatutos, resultaria para cada ação um dividendo de 119 \$ 804, a não ser o grande alcance de letras protestadas, na importância de 694: 222 \$ 213 ”. Nada obstante às tribulações que enfrentava, não deixou de dar seu apoio às iniciativas voltadas para o interesse do País: o Banco financiou os navios e a tropa armada, que garantiu os primeiros movimentos da independência. “Com os suprimentos do Banco, principalmente, conseguimos nossa independência” herdada J. Rezende Costa (ex-inconfidente) na Câmara dos Deputados em sessão de 12 de julho de 1828.

Pandiá Calógeras considera como o maior erro do primeiro império o fechamento do Banco do Brasil, pois ele era o único estabelecimento do gênero no país. Batista de Oliveira acrescentou que ”uma liquidação foi um grande erro e trouxe prejuízos para a Nação ” , e Sebastião Ferreira Soares completou “ a liquidação foi inoportuna, pois terminadas as guerras no Sul, as finanças do Império melhoraram consideravelmente”

Quando o Banco do Brasil foi liquidado, o único banco aqui existente, contavam os Estados Unidos, por volta de 1830, com 330 “ banco estatal , conforme Fernando Monteiro. Deviam ser normas municipais, isto é, de apenas uma agência em cidades interioranas (como figuram em filmes sobre o oeste americano). Cada vilarejo tinha a sua casa bancária.

O Banco financiou os dispêndios governamentais com a guerra do Paraguai, passando por séria crise em 1866, recebendo ácidas críticas que foram contestadas pelo “Correio Mercantil”, em 24 de abril de 1866, nos seguintes termos : “ Todos os assinalados serviços que prestou ao comércio e à lavoura, especialmente depois da crise de 1864, a dedicação sem limites com que tem servido ao governo Imperial na presente guerra, pondo à sua disposição todo o dinheiro que o mesmo tem exigido, já em ouro, já em papel, (. ..) nada tem valido para preservar o Banco dos golpes de inveja e das torpes e injustas acusações que contra ele se tem levantado ... ”.

Quando o BB era emissor da moeda (havia outros), promoveu financiamentos à agricultura, sendo criticado pelos especialistas porque o dinheiro investido na lavoura teria retorno demorado, e se ocorresse uma grande procura para resgatar os bilhetes emitidos (assim eram denominadas as notas de papel moeda emitidas), não haveria suficiente reserva para honrar o compromisso (aos bilhetes emitidos corresponderia um lastro em ouro, resgatável).

Naquela época, cogitou-se, e a imprensa deu ampla divulgação à ideia, de criar um Banco Central (que seria o único emissor da moeda), constituído por capitais estrangeiros (especialmente da Casa Rotschild de Londres), pois só assim estar resguardado da interferência do governo. Vejam que não é de hoje que se têm ideias estapafúrdias sobre problemas econômicos. Nossa moeda estaria sob o controle de banqueiros estrangeiros. Seria um Banco Central realmente independente, do Brasil, bem entendido, mas sujeito aos humores da famosa casa bancária londrina.

Em 1888, decretada a Abolição da Escravatura, boa parte das garantias que o banco possuía se evaporaram (eram os escravos, considerados patrimônio e, como tal, oferecidos em garantia de financiamentos), mas, assim mesmo, o banco instituiu linhas especiais de crédito para a agricultura, com o propósito de coletar a transição da economia de trabalho escravo para a mão-de-obra assalariada.

Proclamada a República e tendo a praça de Londres recusado um pedido solicitado pelo Banco Nacional do Brasil (órgão oficial do Governo Brasileiro em Londres), o banco colocado à disposição daquele estabelecimento, certo o bem do país, um milhão de libras esterlinas de suas próprias reservas.

Em setembro de 1900, ainda com a denominação do Banco da República do Brasil, passou por séria crise de liquidez, como, aliás, aconteceu com os demais Governos do gênero, em virtude da inadimplência causada pela austera política econômica do. O ministro da Fazenda adotou medidas de socorro, com o que foi proposto à Câmara um projeto em que o Governo ficava autorizado a transferir, para uma conta existente no Banco, um milhão de libras esterlinas, para atuar no mercado cambial e outros recursos. Todavia, para que o Banco pudesse receber esse aporte, ficou condicionado que as mudanças obtidas nos Estatutos, de modo que o Governo passou a administrar o Banco, nomeando sua diretoria, embora não detendo a maioria do capital. Os novos estatutos foram apontados na Assembleia de setembro de 1900 e pelo Governo através do decreto 3.797 de 11 de outubro do ano. Curioso é que, pelos novos Estatutos, a Assembleia Geral seria convocada anualmente com o fim único de colocar os acionistas informados da situação do Banco, e note-se que o governo não detinha, ainda, a maioria das ações com direito a voto. Conclui-se que tão ampla delegação de poderes era justificada como medida severa e necessária para a salvaguarda do estabelecimento.

Nesse período, não se publicou relatório, não se divulgou o resultado e não se atribuiu dividendos, nem mesmo atas das diretorias foram lavradas, situação que perdurou até 1905, quando o Governo Rodrigues Alves apresentou um plano de recuperação do estabelecimento que resultou, no ano seguinte, na decisão de que o novo instituto, depois de recuperado, se denominaria Banco do Brasil. Nesse mesmo ano (1906), a diretoria instituiu o cargo de Chefe de Pessoal.

O ingresso aos quadros do Banco, através de concurso público, foi instituído em 1908, quando teve início a expansão da rede de agências, criando-se como de Manaus e Belém, tendo como justificativa da escolha o período áureo da borracha, e a de Santos, por se tratar do porto principal do país (especialmente em função da exportação de café).

Foi em 1910, o governo de Nilo Peçanha, que a União passou a deter a maioria do capital do Banco, subscrevendo 50% das ações que foram colocadas à disposição do público (foram emitidas 125.000 que colocadas ser colocadas à disposição do público. , o Governo adicionado mensagem ao Congresso, em agosto daquele ano, solicitando permissão para assinar mais 62.500 ações, detendo assim a maioria do capital). Até então era majoritariamente privado (quando a Caixa de Previdência foi criada, em 1906, apesar de o governo possuir boa parte do capital, sendo o maior acionista individual, não detinha a maioria das ações).

Referindo-se à crise e aos nefastos desdobramentos da 1ª. Guerra Mundial (1914/18), uma imprensa destacou o trabalho do Banco nos seguintes termos: “ Nas crises e na guerra - 1914/18 - a atuação eficiente, prudente e patriótica de seus dirigentes sempre foi exaltada, creditando-se mesmo às medidas oportunas e corretas adotadas pelo estabelecimento a atenuação dos efeitos desses acontecimentos na economia nacional ”.

Em 1922, jovens oficiais do exército capitão as fileiras militares, ingressando no Banco e participando da reforma em curso, e estruturaram uma carreira bancária à semelhança da carreira militar. O funcionário progredia na carreira, da letra A até a I, por merecimento ou por antiguidade. A partir daí, exclusivamente por ato do presidente, com base no relatório da Comissão de Promoções, poderia subir aos postos de Conferência-de-Seção, Subchefe-de-Seção e Chefe-de-Seção, medida que teve como inspiração os postos de General-de-Brigada, General-de-Divisão e General-de-Exército, em que o acesso era feito por ato do Presidente da República com base no relatório do Alto Comando do Exército.

Também criaram códigos de disciplina calcados no RDE, em que os funcionários não podem se manifestar coletivamente, entre outras medidas copiadas dos nomes militares, inclusive quanto à sobriedade no vestuário (paletó, gravata e camisa branca, não se podia usar essa peça do vestuário de outra cor).

A propósito, o General Rosa (ex-presidente da Poupex), esclarecendo que havia três áreas distintas na Poupex: uma só com pessoal do antigo BNH, outra com militares e uma terceira só com funcionários do Banco, confidenciou-me, na oportunidade de uma reunião da Fundação Habitacional do Exército, que o pessoal do Banco chegava a ser mais disciplinado do que os próprios militares.

Naquela mesma época, em 1923, para ser mais preciso, o Banco teve restaurada a sua condição de emissor da moeda (Governo Arthur Bernardes), atuando como um Banco Central misto, o que não durou muito tempo, pois Washington Luís adotou outra diretiva para a estabilização da moeda (outra reforma bancária), que, por sua vez, foi relegada pela Revolução de 1930.

Fernando Monteiro escreveu (obra citada, página 110) “ Com o início de 1938, das atividades pioneiras de carteira especializada, uma das maiores experiências já feitas em matéria de crédito direto à agricultura e à pecuária, num esforço de improvisação ainda não avaliado, tornando-se o Banco do Brasil em nossos dias (isto em 1985 quando ele escreveu) o maior banco rural do mundo ”.

Na 2ª. Guerra Mundial, o Banco manteve uma agência junto à FEB (Força Expedicionária Brasileira), nos campos de batalha da Itália, em que todos os componentes da agência receberam patentes militares. O Gerente era Coronel. O Contador, Tenente Coronel. O Chefe de Tesouraria, Major. Os Chefes de Serviço também Majores. Subchefes de Serviço, Capitães. Os funcionários eram Primeiros Tenentes. O Contínuo era Cabo. Tal agência mereceu registro elogioso no relatório do Marechal Mascarenhas de Moraes, Comandante Supremo das cortinas brasileiras na Itália.

Sua atuação se fez sentir em todos os campos da atividade econômica em nosso país: a juta e borracha na Amazônia, castanha de caju (Piauí, Ceará e Rio Grande do Norte), arroz (Maranhão, Goiás, Rio Grande do Sul e Santa Catarina), fruticultura (Paraíba, Santa Catarina e Vale do São Francisco), laranjais (Sergipe e São Paulo), cacau (Bahia), cana de açúcar (Alagoas, Pernambuco), café (São Paulo, Paraná, Minas Gerais, Espírito Santo e, ultimamente, Rondônia). Foi o Banco que introduziu no Brasil o cultivo da soja e do trigo, financiou o Proálcool e promoveu a disseminação do gado indiano.

No pós-guerra (1945 ...) mais uma vez foi o apoio financeiro do banco que deu início ao nosso processo de desenvolvimento, com a Cia. Siderúrgica Nacional, a Fábrica Nacional de Motores, a Cia. Vale do Rio Doce, a Cia. Nacional de Álcalis, a Refinaria Nacional de Petróleo, a Cia. Hidrelétrica do São Francisco e outras.

Mais tarde, na reforma administrativa (uma das muitas por que passou do Banco), foi criado o Conselho de Administração, cuja presidência, nos primeiros tempos, competia ao presidente da Casa. Desse Conselho faziam parte do presidente do Banco Central e um representante do Ministério da Fazenda.

Muitos comentam pelo Conselho de Administração por unanimidade, com o voto do presidente do Banco Central e do representante do ministro, eram, depois, objeto de questionamentos e indeferimentos por órgãos subalternos do próprio Banco Central.

Em 1958, foi aberta a primeira agência em Brasília (no Núcleo Bandeirante, então denominado Cidade Livre) e, depois, em 1960, foi o primeiro órgão federal a instalar sua sede na nova capital, todavia, na gestão de Jânio Quadros teve que retornar ao Rio, como aconteceu com outros órgãos que já se encontravam em Brasília.

Durante a crise da dívida externa (1982/3) a Petrobrás só aprovar a prazo, no exterior, se incluir o aval do Banco do Brasil. Como o Brasil ainda não era autossuficiente em petróleo, foram muitas como garantias que o banco teve que conceder, pois não havia outra forma de assegurar o fornecimento, medida que poucos conhecem. Sem o aval do Banco teríamos uma crise de abastecimento.

Naquela época o Banco teve que fazer um esforço extraordinário para ajudar no país a sair da crise. A relação dos compromissos financeiros do Brasil não foi estabelecida pelo BACEN, com a data dos vencimentos, credores, etc. e o Banco do Brasil teve que administrar a dívida. Volta e meia o BACEN informava erros na relação original, omitindo dívidas contraídas. Isto, não raro, quase em cima da data do vencimento, forçando o Banco algumas vezes a recorrer ao mercado, o que poderia comprometer seu conceito na comunidade. Foi um serviço prestado à Nação e às suas instituições que conheceu e nunca foi reconhecido.

Apesar deste esforço excepcional, não recebia o Banco a contrapartida por parte das instituições. No Japão, por exemplo, a administração da agência desenvolvia um trabalho para recuperar a condição que o Banco detinha antes da crise, enquanto algumas empresas estatais transferiam seus depósitos para bancos nipônicos, como o Lloyd Brasileiro, por exemplo. E o próprio Banco Central quando recebia "tranches" para a rede bancária, excluía o Banco do Brasil do rateio, fato que

levou a uma indisposição entre o pessoal da área externa do BB e diretores do Banco Central.

Quando verificado (como empresas estatais) problemas com a rede privada (por exemplo: a Siderbrás desejava lançar debêntures, mas o Itaú e o Bradesco não aceitaram as condições que a estatal entendia justas), recorriam ao banco, alegando que ambas eram instituições públicas, com o propósito de obter condições favoráveis, mas se esquecem dessa particularidade quando resolveram entregar a sua folha de pagamento e os depósitos do Fundo de Garantia (a rede bancária tinha 45 dias para repassar os recursos para a Caixa Econômica Federal, sem pagar juros ou qualquer outra taxa, e os aplicava, nesse período em títulos do próprio governo) a bancos privados.

No governo Collor, houve uma defasagem muito grande nos salários dos funcionários, gerando muitas queixas, inclusive do pessoal que trabalhava diretamente com o presidente Lafayette Coutinho. O presidente, então, numa atitude infeliz e precipitada, expediu um reconhecimento circular do fato, mas imputando aos próprios funcionários e funcionários a causa das dificuldades que impediam o reajuste dos vencimentos, elevados os índices de inadimplemento gerados pela inoperância de gerentes na cobrança dos Créditos do Banco.

A resposta veio através de uma nota publicada na imprensa arrolando os altos valores dos débitos de órgãos governamentais não pagos, e sobre os quais não tinham os gerentes e funcionários qualquer ingerência, não participando, inclusive, das operações que os produziram. Estes sim representavam a grande maioria dos créditos podres do Banco.

RESUMO DOS PRINCIPAIS FATOS:

- 1) Financiou navios e a tropa armada que consolidou a nossa independência.
- 2) Apesar de ter perdido como garantias (eram os escravos considerados bens), instituiu novas linhas de crédito para assegurar a transição de uma economia escravagista para um regime de mão-de-obra assalariada, sem episódio da Abolição da Escravatura.
- 3) Na proclamação da República, o estabelecimento oficial do país em Londres, o Banco Nacional Brasileiro, teve recusado pela praça de Londres um empréstimo. O Banco do Brasil, em benefício da Nação, colocado à disposição desse estabelecimento um milhão de libras esterlinas de suas próprias reservas.
- 4) Deu suporte financeiro ao governo na Guerra do Paraguai.
- 5) Graças a prudente e eficiente atuação do Banco, foram suavizados, na economia nacional, os efeitos da crise e da 1ª. Guerra Mundial.
- 6) Um caso inédito: manteve uma agência itinerante junto à tropa da Força Expedicionária Brasileira na Itália, na 2ª. Guerra Mundial.
- 7) No pós-guerra contribuiu de maneira decisiva para o desenvolvimento nacional, dando suporte financeiro à Cia. Siderúrgica Nacional, Cia. Nacional de Alcalis, Cia. Vale do Rio Doce, Cia. Hidrelétrica do São Francisco, Fábrica Nacional de Motores, Refinaria de Petróleo, etc.

8) Em 1937 criou a Carteira de Crédito Rural, dando curso a um dos maiores projetos mundiais de apoio à agricultura, tornando-se, mais tarde, o maior banco rural do mundo.

9) Na crise da dívida externa (década de 1980), administrou os compromissos internacionais do Brasil honrando-os, a duras penas, nos prazos definidos.

10) Ainda na crise da dívida externa assegurou o suprimento de petróleo do país, dando aval às compras externas da Petrobrás, exigência imposta pelos fornecedores. Sem o aval do Banco a Petrobrás teria que pagar à vista suas compras, o que não era possível, ou teríamos uma crise de abastecimento

11) Financiar o Proálcool e outras iniciativas relacionadas com o progresso econômico nacional.

12) Financiou como pesquisas relacionadas à fibra de carbono realizada pela Aeronáutica (FIPEC).

13) Financiou as pesquisas realizadas pela Marinha relacionadas ao projeto Submarino Atômico (FIPEC).

14) No interesse das Forças Armadas deu suporte financeiro à indústria de material bélico (Engesa e outras).

Como se vê, não se trata de simplesmente um banco, mas de uma instituição voltada sempre para os elevados interesses da Nação. Qual o Banco privado que podem oferecer serviços ao País?

ⁱ Funcionário do BB.